

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 067

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE JUNHO DE 1999
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gauchão, Ângelo Vanhoni, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palmas, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Roberto Barrozo Filho, no último dia 13 de junho, em Curitiba-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à viúva, Sra. Rosely Barrozo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Roberto Barrozo, nº 22, CEP: 80530-120, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Luiz João Damasceno, ex-Vereador do Município de Mariluz, falecido no último dia 13 de junho, no Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Youssef Hussein Balais, falecido no último dia 12 de junho, no Município de Japurá.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Haruko Takeshi, ocorrido no dia 12 de junho de 1999, na Cidade de Matelândia, aos 78 anos de idade.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada na pessoa de seu filho Masao Takeshi, o teor deste requerimento (Comunidade Rio Xaxim, Matelândia, CEP: 85887-000).

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Haruko Takeshi era emigrante japonesa, que após a Segunda Grande Mundial, veio para o Brasil.

Uma mulher de grande valor, que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidida, ajudou a desbravar uma terra desconhecida, com participação ativa na zona rural do

Município de Matelândia, onde sempre residiu na Comunidade do Rio Xaxim.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa ao luto e a dor da família, lamentado sua perda e transmitindo as condolências para o esposo, filhos, parentes e ao grande círculo de amigos.

REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Roberto Barrozo Filho, Diretor-Fundador do Jornal do Estado, em data de 13 junho de 1999.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornalista Roberto Barrozo Filho, faleceu em data de ontem, aos 77 anos de idade.

Nascido em Paranaguá, em 29 de maio de 1922, dedicou-se desde muito jovem ao Jornalismo, sua maior paixão entre todas as coisas às quais se dedicou em sua vida. Formado em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, atuou como redator parlamentar do Diário da Tarde, de Curitiba. Voltando ao Paraná, atuou como Advogado do Estado, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba na década de 50, quando fundou o Diário da Câmara. Foi fundador do Jornal de Curitiba (1964 a 1971) e do Jornal do Estado (1983), um dos veículos de comunicação mais lidos do Paraná.

Homem de valor, personalidade de grande prestígio do nosso Estado, Roberto Barrozo Filho era um "Jornalista acima de tudo" como ele mesmo gostava de dizer, tamanha foi sua dedicação à profissão que abraçou.

Deixa entre nós uma grande e irreparável lacuna, este porta-voz do Estado do Paraná. Receba sua família, Sra. Rosely Barrozo, os filhos Roberto, Vânia, Gilda, Simone, Paula, Rodrigo, Nathalie e Michel, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Waldenício Barbalho, ocorrido no último dia 10, nesta Capital. O infausto passamento representa uma perda irreparável para o Poder Legislativo e para o povo do nosso Estado.

Waldenício Barbalho foi um brilhante parlamentar deste Poder Legislativo, com relevante tra-

balho voltado para o bem da comunidade paranaense. Começou sua carreira política como Vereador no Município de Paranavaí. Eleito Deputado Estadual para a Legislatura de 1975 a 1978, participou da Comissão de Constituição e Justiça, sendo eleito vice-Presidente da mesma.

Requer, também, que seja dada ciência a família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Roberto Barrozo Filho, ocorrido no dia 13 do corrente mês.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Av. Cândido de Abreu, 707, Centro Cívico, CEP 80530-000, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do DR. Roberto Barrozo Filho, diretor do Jornal do Estado, ocorrido no dia 13 do corrente mês.

O Dr. Roberto Barrozo Filho, nasceu em 28/05/1922, na cidade de Paranaguá, casou-se com a Sra. Roseli Barroso, com quem teve oito filhos, (Roberto, Vânia, Gilda, Simone, Rodrigo, Paula, Natali e Michel), formou-se em Direito e Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, passando a atuar como um dos mais brilhantes jornalistas de nosso Estado, participando inclusive, da fundação do Jornal do Estado, importante órgão da imprensa escrita em nosso Estado.

Além das atividades inerentes ao Jornalismo, sua principal vocação, também participou da vida pública, tendo sido eleito vereador por dois mandatos, chegando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

No campo literário, o jornalista Roberto Barrozo, destacou-se como autor do livro "Jornalismo sem Censura, editado no ano de 1998, retratando os principais fatos dos últimos quinze anos da imprensa paranaense.

O Jornalista Roberto Barrozo Filho deixa viúva, filhos e netos, bem como um legado de vida pública que sem dúvida alguma, servirá de referencial para as futuras gerações de políticos e jornalistas de nosso Estado.

Face ao exposto, e considerando a importância dos trabalhos realizados pelo Dr. Roberto Barrozo em prol da coletividade, durante sua existência, seja como jornalista, como escritor ou como homem público, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1275

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes da bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pêsames à família do Jornalista Roberto Barrozo Filho, falecido ontem em Curitiba, conforme justificam.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(aa) EDGAR BUENO

LUIZ CARLOS ZUK

MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que registramos a morte do Jornalista Roberto Barrozo Filho, ocorrido ontem em Curitiba, segundo notícia o Jornal do Estado desta manhã, órgão de comunicação fundado por ele há 17 anos, que entristeceu a todos nós com a manchete e texto transcritos a seguir:

Morre o Jornalista Roberto Barrozo, Diretor-Fundador do Jornal do Estado.

O Jornalista Roberto Barrozo Filho, 77 anos morreu ontem à noite, no Hospital Santa Cruz, onde estava internado desde a última terça-feira. Barrozo Filho fundou o Jornal do Estado, em 17 de junho de 1983, e sempre esteve à frente da direção. Foi vereador, presidente da Câmara Municipal de Curitiba na década de 50, sem deixar a atividade jornalística ao lado de seu pai, Roberto Barrozo, que dirigia o Diário da Tarde. Barrozo Filho fundou o Jornal de Curitiba, que circulou até 1972. O corpo do jornalista está sendo velado na Câmara de Municipal e será sepultado às 16h, no Cemitério Municipal.

Nascido em Paranágua, Roberto Barrozo Filho dedicou-se desde jovem ao jornalismo, sua maior paixão, entre todas as coisas que se dedicou na vida. "Acima de tudo sou um jornalista", gostava de dizer.

Formado em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, atuou como redator parlamentar do Diário da Tarde, de Curitiba. De volta ao Paraná, foi advogado do Estado, vereador e Presidente da Câmara Municipal na década de 50, quando lançou o Diário da Câmara.

Em artigo que escreveu em 17/06/1995. Roberto Barrozo Filho emitiu verdadeiros ensinamentos morais e éticos, conceitos que deveriam prevalecer

na elaboração de notícias em todos os veículos de informação, sejam eles escritos ou falados. Vejamos algumas frases extraídas do texto, intitulado "Quando o Ideal Sobrevive".

"Há órgãos que informam bem, têm força capaz de difundir amplamente a notícia, tornando-a pública, tal como a televisão o faz, mas não possuem o espírito, a essência do jornalismo que é considerar os fatos, opinando sobre eles, interpretando as suas repercussões, levando idéias ao leitor para ajudar a formar a opinião pública."

"A corrupção, quer seja financeira, administrativa ou política é a grande doença que não há força capaz de extirpar do Poder, porque ela arrefece as resistências éticas pelo suborno ou pelas perspectivas que oferece de compensações futuras."

"Nós infelizmente temos, como outros Estados, talvez até em bem menos números, figuras consagradas politicamente, que se mantêm no topo do Poder usando meios corruptos de barganhas na distribuição de cargos, não só na área política, como na área judiciária, passando pelos setores técnicos e até pelos tribunais cíveis, criminais ou de Contas. A corrupção se fortalece com a sua própria atuação: vai criando obrigações de reciprocidade, vínculos que consolidam a força do corrupto, tal como a Máfia que se mantém pelo temor de sua força, na multiplicação de seus crimes".

Por este e outros exemplos de profissionalismo, a morte do Jornalista Roberto Barrozo Filho entristece a todos nós, que acompanhamos as lúcidas e corajosas reflexões que ele vinha expondo nos últimos anos.

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, votos de pesar à família do Jornalista Roberto Barrozo Filho, Diretor-fundador do Jornal do Estado, no último dia 13/06/99.

Roberto Barrozo Filho, faleceu aos 77 anos de idade.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba na década de 50, sem deixar sua atividade jornalística. Fundou o Jornal de Curitiba em 72, e hoje, dirigia o Jornal do Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Senhor Roberto Barrozo Filho, as manifestações de profundo pesar desta Assembléia Legislativa pelo seu

falecimento ocorrido no dia 13 de junho, Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal Senhor Idevaldo Zardo, com votos de congratulações pela passagem do 107º aniversário do Município de Clevelândia - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O início da região deu-se no ano de 1839. Pouco tempo antes Diogo Pinto de Azevedo Portugal, determinou ao Major Atanagildo Pinto Martins que descobrisse um atalho, que desse na região dos Campos de Palmas. Para esta empreitada, foi chamado o índio Jonjong, profundo conhecedor da região, assim como os seus perigos.

Finalmente, no mesmo ano, 1839 foi oficialmente tocada e se iniciaram as gestões que resultaram no povoamento dos campos. A partir daí, a região do Município de Clevelândia passou a ser efetivamente ocupada e povoada, dando início a um pequeno núcleo denominado Bela Vista de Palmas.

Toda esta imensa área estava em zona de litígio fronteiriço, em terras reclamadas pela Argentina e o governo viu-se diante de um impasse, a situação só foi resolvida após o arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, em favor do Brasil. Em 29 de março de 1909, através da Lei nº 862, a denominação de Bela Vista das Palmas foi alterada para Clevelândia.

Homenagem a Grover Cleveland, Presidente dos Estados Unidos, Cleveland origina-se do inglês Cliff - que quer dizer rochedo escarpado e land - terra. País cheio de rochedos escarpados.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Matinhos, pela

comemoração de seus 32 anos de emancipação, em data de 12 de junho de 1999.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1999.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Matinhos, distante 111 km da Capital do Paraná, comemorou em data de 12 de junho do corrente, 32 anos de emancipação. A cidade é conhecida como "Namorada do Mar" e possui 195 km quadrados de área total, com aproximadamente 18.600 habitantes (pelo último Censo de 94), mas na atualidade conta com cerca de 35 mil habitantes.

Desde 1820 a localidade já era conhecida como Matinho (sem o "s"). A designação era usual, mas atualmente só pode ser encontrada nos mapas antigos da região. Com a chegada dos banhistas, o nome original foi alterado. Assim como o nome, a cidade também mudou. A infra-estrutura era precária e não havia muitas escolas, nem hospital (o médico que atendia na cidade vinha de ferry-boat de Guaratuba) e a luz na década de 50 era desligada às 22 horas, pois ali havia apenas um povoado de pescadores. Mas, aos poucos, o local foi se transformando num centro de veraneio de muitos atrativos naturais e poucos recursos. Um empreendimento imobiliário deu grande impulso ao então pequeno lugarejo denominado Caiobá. Com a abertura de uma nova estrada, a BR-277, construída para atender às necessidades do Porto de Paranaguá, o acesso a Matinhos também foi facilitado.

Em 1951 Matinhos elevado à categoria de distrito, passando a pertencer ao Município de Paranaguá e em 12 de junho de 1967, pela Lei nº 05 Matinhos passa a ser considerado município (desmembrado de Paranaguá). Em 1970 o Professor Arcioné Peixoto Farias criou a bandeira e o brasão do município. Nessa mesma década, Francisco Pereira da Silva escreveu a letra da Canção de Matinhos e Ângelo Antonélio a música. A instalação do município se deu, solenemente no dia 19 de dezembro, ocasião em que aconteceu a posse das primeiras autoridades municipais eleitas.

De lá para cá muita coisa mudou e hoje a população tem muito comemorar há escolas, que atendem mais de 2.000 alunos e o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes é um referencial no Litoral, onde há mais de 15 especialidades para consultas. Possui comércio muito desenvolvido, com Bancos, lojas diversas, restaurantes e supermercados. Tem ainda Ginásio de Esportes e Centro de Convenções, além de rede hoteleira.

Matinhos possui quilômetros de mar divididos nos Balneários de Monções, Gaivotas, Ipacaráí, Betaras, Flamingo, Solimar, Riviera, Saint Etienne e o maior e o mais famoso deles, Caiobá. A praia de Caiobá é a mais sofisticada do litoral paranaense e

divide-se em praia brava e mansa que dá acesso à Ilha das Tartarugas que abriga o Farol e a Prainha. Toda a orla marítima de Matinhos está tombada pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná e dentre suas atrações turísticas destaca-se o Museu Municipal, que funciona na Igreja Matriz antiga e possui em seu acervo material de pesca, folclore, história e fauna do município.

Pela comemoração de seus 32 anos, receba o Município de Matinhos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Juiz Antônio Alves do Prado, alusivos a sua promoção por merecimento ao cargo de Desembargador, em sessão realizada dia 11 de junho, pelo órgão especial do Tribunal de Justiça.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Palácio da Justiça, Centro Cívico, CEP: 80530-912, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1281-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Juiz Antonio Alves do Prado Filho, pela sua nomeação como Desembargador do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Juiz Antonio Alves do Prado Filho é o novo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ele foi nomeado em data de 10 de junho do corrente, por merecimento, em sessão de Órgão Especial do TJ. Pertencia ao Tribunal de Alçada e assume a vaga deixada com a aposentadoria do Dr. Henrique Lenz Cezar.

Antonio Alves do Prado Filho, natural da Cidade de Jacarezinho trabalhou como Advogado militante durante 32 anos e é Mestre em Direito Civil, com título obtido no Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (seção Paraná) de 1985 a 1987 e Conselheiro da OAB por oito biênios. Foi ainda professor de Direito Civil pela Faculdade de Direito da UFPR

e Coordenador do Curso de Direito da mesma Universidade.

Participou de bancas examinadoras ao concurso de professor substituto de Direito Civil e é ainda professor licenciado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, onde lecionou por 10 anos.

O novo Desembargador foi promovido através do quinto constitucional formado por promotores e advogados e atuará numa Câmara Cível do TJ.

Pela sua merecida posse, receba o Dr. Antonio Alves do Prado, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento de expediente ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Exmo. Sr. Raul Pólens Jungmann Pinto, solicitando agilização das ações daquele Ministério no sentido de viabilizar e concretizar a Reforma Agrária no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, vem de encontro à vontade política do Governo Estadual de restabelecer a paz e a tranquilidade no Paraná, devolvendo a dignidade do trabalho e meio de sustento às famílias dos agricultores sem terra.

Necessitamos, para tanto, de medidas e recursos que são provenientes do Governo Federal, para que os assentamentos sejam feitos da maneira mais correta e justa possível, trazendo benefícios para ambas as partes, evitando assim conflitos e protestos que só vem a desgastar os agricultores sem terra e o poder estadual.

O Governo do Estado do Paraná, busca, através de seus programas fundiários, como as "Vilas Rurais" dar um passo à frente no intuito de que a Reforma Agrária seja uma realidade, necessitando agora, do apoio dos órgãos federais para que este processo tenha continuidade gerando benefícios aos trabalhadores do campo de nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Dr. Armando Martinho Bardou Raggio, Exmo. Secretário de Estado da Saúde, questionando a fiscalização da Pasta da Saúde, em relação a venda de

remédio receitados para combater a obesidade que contém substâncias que causam dependência física, como as anfetaminas, fabricados através de manipulação farmacêutica. Os outros remédios da mesma espécie, produzidos industrialmente, necessitam receitas especiais, com tarja preta, para a sua comercialização, o que não ocorre com os manipulados. Preocupado com o número alarmante de jovens que se viciam com estes medicamentos, transformados em “bolinhas” quando ingeridos com bebidas alcoólicas, estou apresentando o presente requerimento com o objetivo de alertar o Poder Público Estadual deste grave problema que ronda a família do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1260

SÚMULA:

Requer o envio de pedido de informações à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR sobre os Contratos de Prestação de Serviços nºs 94 e 95 de 01.12.93, a fim de esclarecer o seguinte:

a) Quais os motivos que levaram a SANEPAR pela décima sétima e décima sexta vezes consecutivas, a aditar os Contratos de Prestação de Serviços, de nºs 94 e 95-93 respectivamente?

b) Qual é o objeto dos contratos?

c) Qual o valor global despendido pela SANEPAR desde as assinaturas dos respectivos contratos até o presente momento?

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR com as informações relacionadas na Súmula do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações, tem por escopo saber as razões técnicas, legais e morais, que levaram a Diretoria da SANEPAR a prorrogar já pela décima sexta e décima sétima vezes consecutivas, contratos de prestação de serviços. É de se estranhar esse procedimento, até porque os valores atribuídos aos documentos são elevados e antes de omitirmos nossas opiniões sobre o assunto é justo que tenhamos pleno conhecimento da matéria.

Não estamos querendo alegar quaisquer irregularidade, porém esclarecer uma questão que está gerando dúvidas.

REQUERIMENTO Nº 1264

SÚMULA:

Requer o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo a respeito do projeto “Paraná Campeão”.

a) Em que data os convênios foram celebrados e quais municípios foram beneficiados?

b) O Cronograma físico e financeiro de cada obra.

c) Qual a empreiteira que ganhou a licitação?

d) A previsão de repasse dos recursos faltantes?

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, com as informações relacionadas na Súmula do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que em 1998, o Governo do Estado, fez muito barulho para lançar um audacioso programa de construção de mini ginásio de esportes, num total de 170 obras, que inicialmente deveria beneficiar 168 municípios.

Todavia, o tempo passou e hoje a informação que se tem dão conta de que muitas quadras ficaram apenas na terraplanagem, outras apenas com a estrutura metálica. Há suspeitas de que a empreiteira teria abandonado o contrato motivada pelo não recebimento das obras já realizadas. Enfim muitas dúvidas pairam no ar e o grandioso programa, que fez o Governador Jaime Lerner a se deslocar a diversos municípios para lançá-lo e firmar os convênios está agonizando. Por isso é que se tornam de fundamental importância as respostas às indagações relacionadas, para que possamos fazer uma análise absolutamente imparcial e justa.

REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal “O Estado do Paraná” do dia 13 de junho de 1999, sob o título: “Para Fayet Sucessores Quebraram o Banco”, conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 14.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal, sobre a criação do Município de Juvínópolis, com território a ser desmembrado dos Municípios, com as divisas especificadas a seguir:

Com o Município de Lindoeste:

Inicia no encontro da divisa entre a colônia Tormenta e a colônia Timburi com rio Andrada, sobe por este até encontrar a divisa entre glebas 02 e 05 da colônia Paz;

Com o Município de Cascavel: inicia no encontro da divisa entre glebas 02 e 05 da colônia Paz com rio Andrada, sobe por este até encontrar a divisa entre a gleba 5 e a gleba 1, 2ª parte da colônia Tormenta, segue por esta divisa até encontrar o rio Arquimedes, por este até encontrar a foz do Arroio Pinhalzinho, sobe por este até a foz do córrego Boi Morto, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral nordeste até o entroncamento da BR 180 com a estrada Castelo Branco, segue por esta estrada até encontrar o córrego Castelo Branco, desce por este até sua foz no rio Tormenta;

Com Município de Catanduvas:

Inicia na foz do córrego Castelo Branco no rio Tormenta, desce por este até a foz de um afluente contravertente do arroio Alambique, sobe por este afluente até sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta até a cabeceira do arroio Alambique, desce por este até sua foz no rio Adelaide;

Com Município de Três Barras do Paraná:

Inicia na foz do córrego Alambique no rio Adelaide, desce por este até encontrar a divisa da colônia tormenta com a colônia Timburi;

Com o Município de Boa Vista da Aparecida:

Inicia no encontro do rio Tormenta com a divisa entre a colônia Tormenta e a colônia Timburi, segue por esta divisa até encontrar o rio Andrada.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 14.06.99.

(aa) EDGAR BUENO

NEREU MOURA,

ANTONIO BARATTER

THIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A emancipação política e administrativa de Juvínópolis é uma antiga reivindicação das comunidades que integram as áreas mencionadas, integ-

rando partes dos municípios de Cascavel e Catanduvas, no Oeste para-naense.

Trata-se de território que se desenvolveu ao longo da existência dos dois municípios, criando uma identidade própria que une as comunidades em torno de objetivos comuns, capazes de gerir o desenvolvimento e assegurar maior progresso econômico e social para as famílias que habitam a localidade. São milhares de habitantes, estruturados com comércio, produção agrícola e pecuária, além de outras atividades que comprovam as potencialidades econômicas essenciais para assegurar o funcionamento de um município.

Uma vez emancipado, o novo município de Juvínópolis nasce com condições de oferecer ensino fundamental de qualidade às crianças, infra-estrutura básica para o abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e serviços de telefonia, saúde, assim como outros serviços públicos indispensáveis.

Tem, enfim, todas as condições para transformar-se efetivamente em município, razão pela qual estamos apresentando o presente projeto de resolução, visando proporcionar os meios legais para que a população interessada diretamente no tema seja chamada a opinar através de consulta plebiscitária.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 314/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarados de Utilidade Pública o "Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, associação de caráter civil limitada, sem fins lucrativos, preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento.

O IDDEHA tem como finalidade aprofundar e levar ao conhecimento da sociedade, estudos, relatórios, pesquisas e análises sobre todos os tipos de discriminações e violência, sempre tendo como principal objetivo a defesa dos direitos do ser

humano, com ênfase na família, na relação de Gênero, na criança, na terceira idade, na defesa do consumidor na defesa do meio ambiente, na paz, na igualdade das raças e nas melhorias das condições de trabalho.

A presente iniciativa, além de inserir a associação no rol de reconhecimento público, representa ainda o aplauso o incentivo ao muito que o IDDEHA vem realizando e, certamente continuará a realizar no campo dos Direitos Humanos.

PROJETO DE LEI Nº 315/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual "Alberto Jackson Byington Júnior", com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual "Alberto Jackson Byington Júnior", entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, através desta proposição, tem por objetivo maior, prestar assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e a integração família-escola-comunidade. Objetivo que vem sendo alcançado com sucesso e muita dedicação, durante toda a sua existência.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 316/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta § 3º, ao Art. 3º da Lei Estadual nº 12.216 de 15 de julho de 1998, com a seguinte redação:

"Art. 3º -

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º - A taxa referida no inciso VIII, deste artigo, incidirá sobre o valor dos serviços cobrados pelos respectivos Cartórios e não sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação, no caso dos Produtores Rurais, com relação aos financiamentos rurais, registro de garantias pignoratícias e hipo-

tecárias, bem como nas respectivas baixas e nas sub-rogações de dívidas rurais."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Os produtores rurais, tanto do nosso Estado, como do País, encontram-se em situação extremamente difícil, resultante de uma gama de fatores, como juros excessivos, queda de preços em sucessivas safras, bem como o aumento do custo dos insumos agrícolas, gerando grande intranquilidade neste setor.

O inciso VII, do art. 3º, da Lei Estadual 12.216/98, que trata sobre a cobrança de 0,2% (zero vírgula dois por cento), sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos Cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis, títulos e documentos e tabelionatos, para a constituição de receitas do FUNREJUS - Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, vem onerar ainda mais os Produtores Rurais, já que geralmente eles precisam arcar com esta taxa toda vez que fazem um financiamento rural, seja para registrar as garantias pignoratícias e hipotecárias, seja para dar baixa das respectivas garantias, como também nas sub-rogações de dívidas rurais.

A agricultura para crescer necessita de um apoio cada vez maior do Poder Público. E o Governo Jaime Lerner vem demonstrando grande competência no investimento de recursos nesta área, apesar de todas as dificuldades econômicas que afligem o nosso País. Entretanto, de nada adiantaria todo o subsídio oferecido pelo Estado se o produtor rural, de uma forma indireta, têm estes benefícios retirados.

Por esta razão, o presente projeto de lei tem o objetivo de alterar a base de cálculo onde incide a taxa de 0,2%. Desta forma, os produtores rurais, nas atividades relacionadas com os financiamentos rurais, a alíquota de 0,2%, em vez de recair sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação, sobrevirá no valor dos serviços prestados pelos respectivos Cartórios, diminuindo esta carga pecuniária, que com a atual lei é muito pesada.

Ante ao exposto, solicito a apreciação dos nobres Pares para o projeto de lei em questão, no sentido de alterar a atual lei e atender os anseios do nosso povo do campo.

PROJETO DE LEI Nº 317/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É instituída a "Filosofia" como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná, necessária ao exercício da cidadania.

Art. 2º - A disciplina de "Filosofia" tem por objetivo consolidar a base humanista dos conhecimentos adquiridos pelo educando, propiciando-lhe capacidade para pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pelo homem na sua relação com o mundo e a criação de valores culturais, históricos e sociais.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação estabelecerá o conteúdo programático da disciplina, que deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação observando o disposto no Art. 2º.

Art. 4º - A Secretaria Estadual de Educação tomará as demais medidas necessárias à implementação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor 60 dias após sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

É fato incontestável que a escola deve se constituir em instância social de valorização e promoção da cidadania de nossos adolescentes e jovens. A instituição escolar, como espaço de mediação formal na transmissão de conhecimentos historicamente produzido por sucessivas gerações, deve-se constituir em *locus* privilegiado para que os educandos aprendam os conteúdos básicos, além de prover o conhecimento elementar sobre a vida cultural, política e social do seu País, e o desenvolvimento de valores éticos e morais nos espaços ou locais onde cada indivíduo, e o coletivo destes, busca prover as condições materiais de sua existência individual e coletiva.

A aprendizagem desses conhecimentos e a aquisição de atitudes e valores se dá, prioritariamente, pelo ensino das Humanidades, no qual se inclui a disciplina de Filosofia. A introdução da disciplina de Filosofia constitui ainda medida essencial para que o educando não seja apenas mero objeto da transmissão de conhecimentos mas se constitua em sujeito da sua própria formação, adquirindo capacidade reflexiva no desenvolvimento de seu pensamento crítico e criativo.

A Lei Federal 9.394/96 estabelece, em seu Art. 2º, que a educação tem por finalidade o *pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e seu preparo para o trabalho*. Mais adiante, consagra em seu Art. 27, que os conteúdos curricu-

lares da educação básica, que inclui o Ensino Médio, deverão observar, entre outras diretrizes, "*a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática*".

Especificamente em relação ao Ensino Médio, etapa final da educação básica, a lei em referência prevê que uma de suas finalidades consiste "*no aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico*" (inciso III, do Art. 35). Por fim, ainda que de forma insatisfatória, o ensino de filosofia consta vagamente no inciso III, § 1º, do Art. 36 que diz "*domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania*".

Uma breve análise da história educacional em nosso País permite-nos compreender o porquê da importância do retorno da disciplina de Filosofia no Ensino Médio do Estado do Paraná.

Da instauração do regime militar de 1964, derivou a supressão das liberdades democráticas e as instituições de ensino, de diferentes níveis, viram-se amordaçadas com a nova legislação educacional (Leis nºs 5.540/68 e 5.692/71), que suprimiu do currículo o ensino de Filosofia e Sociologia, substituindo-as pela inclusão de Educação Moral e Cívica, no primeiro grau, Organização Social e Política, segundo grau, e Estudos de Problemas Brasileiros, no ensino superior. Instituiu-se ainda, o ensino de Estudos Sociais em substituição às disciplinas de História e Geografia e criaram-se os cursos superiores de licenciatura curta. O objetivo destas medidas ditatórias era impedir o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva por parte dos alunos e silenciar os professores, cientistas sociais e filósofos, e conseqüentemente, garantir a obediência passiva dos cidadãos ao novo regime.

No processo de abertura do regime militar e no advento do governo civil vários intelectuais e educadores colocaram-se claramente à favor do retorno das disciplinas de Ciências Humanas ao currículo escolar, à luta pelo fim dos Estudos Sociais e instauração do ensino de História e Geografia na escola básica.

É necessário colocar um fim definitivo nesta triste realidade que um dia recaiu sobre o ensino brasileiro e que subsiste mesmo em meio às mudanças introduzidas pela nova legislação educacional brasileira. Qualquer que seja a futura opção do aluno em sua vida profissional, o certo é que o educando, como pessoa e cidadão, necessita do ensino de Filosofia para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, para sua melhor inserção crítica, seja no mundo do trabalho, seja na sociedade como um todo.

É neste contexto que apresentamos este projeto de lei, visando introduzir na grade curricular do Ensino Médio a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, uma disciplina indispensável na formação cidadã de nossos adolescentes e jovens que frequentam a rede escolar do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa diretiva, nobres Pares.

Subimos a essa Tribuna, para falarmos sobre um problema que tem origem nesta Casa com a aprovação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário. FUNREJUZ. Este Fundo que tem apoio do Líder do Governo nesta Casa, tenho certeza que dos demais companheiros Deputados, preocupados com a economia, com a situação sócio-econômica que estamos passando.

Então diante disso venho solicitar aos nobres companheiros que façamos uma revisão nesta Lei que criou este Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário. Aqueles que tem pouca compreensão do assunto, devo informar que dentre outras fontes que achamos que são justas, para que o Poder Judiciário possa fazer melhorias nas suas instalações, ampliações de espaços em prédios, aquisição de equipamentos, de computadores, modernização das instalações, enfim, taxas necessárias plenamente justificáveis.

Nós aqui não estamos sendo contra essas taxas. Agora existe uma taxa especial de 0,2%, que incide sobre todo e qualquer documento lavrado nos Cartórios de Registro de Imóveis de Títulos e Documentos, Cartórios de Protestos e nos Tabelionatos. Essa taxa, nobres Pares, de 0,2% parece uma taxa simples, uma taxa desprezível, mas na realidade, quando essa taxa incide sobre valores de contrato, de parcerias, valores de escrituras públicas, valores reais de transações de imóveis, essas taxas vão às nuvens. E estamos notando, que a sociedade paranaense como um todo está clamando pela modificação desse projeto que vem dificultando a vida. Inclusive dos proprietários de cartórios que têm dificuldades em lavrar as escrituras. Porque as pessoas que compram imóveis estão colocando os seus contratos de compra e venda nas gavetas, porque não conseguem pagar os altos custos dessas taxas.

Vejam, esse fundo está gerando uma retração no mercado imobiliário. Está gerando uma despesa extra para as atividades ligadas ao setor pecuário.

Provo isso com as cartas que estamos recebendo. Tenho certeza que os Senhores Deputados também estão recebendo das suas bases, das entidades ligadas ao setor rural. Recebemos da sociedade rural de Maringá, Sindicato Rural de Uraí, de Medianeira, da Lapa, de Londrina. Terra do Deputado Alborghetti e do Deputado Belinati.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Quero cumprimentá-lo por trazer de pronto a discussão desse tema. Essa não é só a manifestação de Vossa Excelência, mas sei que é a manifestação de diversos Deputados desta Casa que já tomaram ciência do assunto.

Faço até questão de dizer aqui que, na quinta-feira da semana passada tivemos a oportunidade de estar debatendo essa questão junto com o Deputado Caíto Quintana, Hermas Brandão, junto com o Presidente da Associação dos Serventuários, um dos líderes dos serventuários do Paraná, Ítalo Conti Júnior, lá no Gabinete da 1ª Secretaria. Justamente o que me motivou a debater esse assunto são as mesmas razões que Vossa Excelência expõem na tribuna hoje. Que foram os contatos mantidos conosco pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná e por mais de uma dezenas de sindicatos rurais do Estado do Paraná. Haja vista que os produtores estão se sentindo lesados. Os cartórios estão se colocando em uma posição de vilões. Quando na realidade, nada disso é responsabilidade deles. E o próprio Tribunal de Justiça, através do Presidente Henrique Lenz César no mês de novembro do ano passado, enviou à Assembléia uma proposta que modifica alguns pontos da lei que institui o FUNREJUS no Estado do Paraná, procurando solucionar, se não por inteiro, mas em parte essa questão hoje.

Por isso, cumprimento Vossa Excelência, tem o nosso apoio, a nossa solidariedade. Nos próximos dias, certamente, estaremos nos debruçando sobre esse assunto. Sei que reuniões já aconteceram. Com a Federação da Agricultura com integrantes do Tribunal de Justiça. Sei também que o Deputado Caíto Quintana, Hermas Brandão e o Dr. Ítalo Conti Júnior já tiveram contato com o Tribunal de Justiça no sentido de, justamente, fazermos uma discussão aprofundada e corrigirmos isso. Que na minha avaliação foi uma distorção produzida por essa lei votada pela Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Quero dizer a Vossa Excelência, que concordo plenamente com o pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, mas conversava, com Vossa

Excelência outro dia, que a preocupação é uma constante em termos de Paraná. Qualquer um que tenha um imóvel, que queira vender este imóvel, que queira comprar este imóvel, ele está sendo violentado nos seus direitos pelo alto índice que nós temos que pagar.

Então gostaria que Vossa Excelência trouxesse a esta Casa, uma Emenda ou um novo Projeto, para que tanto a Bancada do PFL, a Bancada do PMDB, a bancada de todos os Partidos Políticos, aqui, nós pudéssemos reavaliar, reestudar a sua proposta e ver se ela vai de encontro realmente aos anseios, não só dos meios rurais, mas vamos falar também da cidade, da compra e venda dos imóveis, do alto recolhimento que se paga, hoje. Tem gente que não pode pagar isso aí e, também, não existe meio de parcelamento.

Vossa Excelência pode ir em qualquer cartório.

Fiz uma doação recente, entre família e tive que pagar uma exorbitância através da doação. Não foi nem venda que fiz a meu filho. Uma doação de um apartamento, tive que pagar uma importância que achei um exagero, uma violência. O tabelião falou: "Vocês mesmos que aprovaram". Quer dizer, você não pode falar nada. Realmente tive que ficar quieto, pagar, recolher.

Então gostaria que Vossa Excelência trouxesse a este Parlamento, vamos falar as suas idéias e ver se a colocamos em prática para beneficiar toda a família brasileira do Estado do Paraná.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer o seu aparte, e dizer que esta preocupação no meio urbano ela é procedente. Os movimentos nos cartórios caíram assustadoramente devido ao recolhimento desta taxa, pessoas deixam de fazer escrituras na compra e venda, fazem os contratos de gaveta. Inventários estão paralisados.

Então trouxe o problema a público aqui para que nós em conjunto, já que respeito sobremaneira à vontade desta Casa, claro que votou esta lei. Acho que em conjunto deveremos todos os Deputados acharmos um meio de não inviabilizar o FUNREJUS, mas também não inviabilizarmos as atividades econômicas com essas taxas.

Só quero completar e dizer das demais missivas que recebemos. Sindicato Rural de Londrina, Sindicato Rural de Campo Mourão, Sindicato Rural de Cerro Azul, Sindicato Rural de Doutor Camargo, Câmara Municipal de Mandaguari, que de Mandaguari vieram duas cartas. Então os senhores vejam que dos quatro cantos do Estado estão vindo missivas pedindo socorro para esta Casa.

Tenho certeza que Vossas Excelências são sensíveis e haveremos de achar um caminho para que

possamos acabar com essas taxas, mas não inviabilizando o FUNREJUS.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, antes de dar início ao meu discurso aqui utilizando do horário do PFL, quero deixar o meu apoio ao Dr. Divanir Braz Palmas, nesse projeto que ele apresenta aqui que tem toda a simpatia e meu apoio.

A razão que me traz aqui Senhor Presidente, e demais Membros da Mesa e Parlamentares, primeiro é anunciar com muito pesar o falecimento do Dr. Roberto Barroso Filho, Diretor do Jornal "O Estado". A imprensa paranaense nesta data fica um pouco mais pobre com o falecimento do Dr. Roberto, homem de tradição e história no Paraná. Foi Vereador aqui em Curitiba e mais tarde exerceu funções importantes da nossa imprensa paranaense, inclusive sendo correspondente do Jornal Gazeta do Povo, quando ainda jornalista ativo; em Brasília, como correspondente político, trazendo as informações dos acontecimentos aqui para o Paraná.

Há dias eu o havia visitado e ele, por consequência de um câncer na próstata e, posteriormente, agravado por pneumonia provocada pela queda de temperatura, não resistindo a sua saúde, veio a falecer nesta ocasião.

Deixamos o nosso profundo voto de pesar e já encaminhei à Mesa para que esta Assembléia encaminhasse voto de pesar à família do Dr. Roberto Barroso Filho, filho do grande Dr. Roberto Barroso, também de história aqui no Paraná.

O Sr. Edgar Filho

Vossa Excelência me permite um aparte?

(**Assentimento**)

Faço este aparte para ressaltar o seu pronunciamento.

Dizer que o Dr. Roberto Barroso Filho escreveu artigos importantes na sua vida como jornalista e proprietário de jornal.

Em 1995 escreveu um artigo "Quando o ideal sobrevive" e com referência a esse artigo, vou reproduzir apenas uma parte dele:

"A corrupção quer seja financeira, administrativa ou política, é a grande doença que não há força capaz de extirpar do poder, porque ela arrefece as resistências éticas pelo suburbano ou pelas perspectivas que oferecem de compensações futuras. Nós infelizmente, temos como outros estados, talvez até bem menos números, figuras consagradas politicamente que se mantêm no topo do poder, usando meios corruptos de barganhas na distribuição de

cargos, não só na área política, como na área jurídica, passando pelos setores técnicos e até pelos Tribunais Cíveis, Criminais ou de Contas, a corrupção se fortalece com a sua própria atuação, vai criando obrigações de reciprocidade, vínculos que consolidam a força do corrupto, tal como a máfia que se mantém pelo temos de sua força, na multiplicação de seus crimes”.

Esta é uma parte de um Artigo chamado “Quando o ideal sobrevive”, escrito em 1995 pelo então Jornalista Roberto Barroso Filho.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Concedo aparte ao Senhor Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte e quero me somar e em nome do Deputado Basílio Zanusso e Hélio Rush pela manifestação que Vossa Excelência faz em relação ao nosso brilhante jornalista Dr. Roberto Barrozo que, aliás, diga-se de passagem, foi vereador como Vossa Excelência e como eu, como tantos outros companheiros aqui de Curitiba e deixou um trabalho intenso em prol da Cidade de Curitiba e do Paraná. Também me somar ao pronunciamento do Deputado Divanir B. Palma, porque esta taxa do FUNREJUS que era uma taxa destinada a dar apoio à justiça paranaense, tornou-se uma grande inviabilizadora por não ter um limite. Deveria ter um limite, dependendo do tamanho do contrato a ser assinado ou da compra e venda realizada e isso não ocorreu. Quero me somar com Vossa Excelência e com o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Obrigado. Concluindo a questão desse voto de pesar que fazemos aqui na Casa, o Dr. Roberto Barrozo Filho ele nasceu em Paranaguá. Mais um paranguara histórico, Paranaguá que tem oferecido grandes nomes para a política e também para a Nação, homem de expressão para o jornalismo, como foi o Dr. Roberto Barrozo Filho.

O Sr. Orlando Pessuti

Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Takayama, quero manifestar, também, meus cumprimentos a Vossa Excelência por ocupar a tribuna neste momento em que manifesta o pesar desta Casa e o pesar porque não dizer, de todo o meio de comunicação e dos paranaenses pelo falecimento do Dr. Roberto Barrozo Filho. Sem sombra de dúvida uma pessoa que muito contribuiu em favor do Estado do Paraná e nos últimos tempos se dedicando de corpo e alma em favor da comunicação, em favor da boa informação, em favor do

esclarecimento dos fatos que acontecem não só neste Parlamento mas em todo o Estado do Paraná.

A morte do Dr. Roberto deixa, sem sombra de dúvida, uma lacuna nos meios de comunicação e o Paraná, acima de tudo, perde um paranista, uma pessoa de família tradicional da nossa cidade, do nosso Estado que muito fizeram pelo Estado nas funções públicas, nas funções empresariais que ocuparam ao longo da trajetória da família Barrozo. Tenho certeza que os descendentes de Roberto Barrozo Filho haverão de dar seqüência a esse trabalho iniciado pelo seu pai -Roberto Barrozo Filho e que ele tão bem deu continuidade aqui no Estado do Paraná.

Aceite Vossa Excelência meus cumprimentos por estar, oportunamente, discutindo isto a nível de Plenário, a nível de tribuna da Assembléia Legislativa, porque demonstra - com clareza, o respeito, a admiração e o carinho que esta Casa sempre depositou na pessoa de Roberto Barrozo Filho.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Muito obrigado pelo aparte, companheiro Orlando Pessuti. A sensibilidade com que Vossa Excelência se pronuncia neste aparte, me deixa mais convicto da grandeza deste homem que formou-se em direito e jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, passando a atuar como um dos mais brilhantes jornalistas do nosso Estado, inclusive participando na fundação do “Jornal do Estado”, importante órgão da imprensa escrita do nosso Estado.

O Sr. Algaci Tulio

Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Com muita tristeza também, nós que fazemos parte da imprensa do nosso Paraná, lamentamos profundamente mais um companheiro que nos deixa, a exemplo de Leonis Rocha, que aconteceu na semana passada, desta feita é Roberto Barrozo. Ele que foi, inclusive, Vereador da Cidade de Curitiba, e por esta razão seu corpo está sendo velado naquela Casa de Leis, e o sepultamento acontece logo mais às 16 horas.

Nos entristecemos muito com este fato, porque sabemos da luta do Doutor Roberto Barrozo pela democracia, da luta pela liberdade de imprensa e por várias ocasiões, até, em períodos pré eleitorais, teve seu jornal vários momentos também de dificuldades com apreensão de distribuição de jornais, teve também problemas junto à justiça, mas sempre lutando, sempre procurando mostrar a necessidade da democracia, especialmente a liberdade de imprensa. Foi, sem dúvida alguma, um dos paladinos da liberdade de imprensa do Doutor Roberto Bar-

rozo. Por isso me associo a esta homenagem póstuma também.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Muito obrigado pela participação nessa homenagem ao Doutor Roberto Barrozo, nobre companheiro Algaci Tulio.

Para concluir, Senhor Presidente, gostaria de dizer que no campo literário, o jornalista Roberto Barrozo destacou-se como autor do livro "Jornalismo sem censura", editado no ano de 98, retratando os principais fatos dos últimos 15 anos da imprensa paranaense. Uma pessoa extremamente lúcida - visitei-o estes dias - e ainda que estivesse combalido pela enfermidade, com a sua idade avançada, mas demonstrava lucidez, demonstrava muita simpatia e principalmente humor nesses últimos momentos, e em nenhum momento deixou a transparecer o estado de saúde em que se encontrava. Ele deixa 8 filhos: Roberto, Vânia, Gilda, Simone, Rodrigo, Paula, Natalie e o Michel.

Queremos deixar aqui, ao encerrar esse nosso pronunciamento, ele deixa viúva, filhos e netos, bem como um legado na vida pública, que sem dúvida alguma, Senhor Presidente, servirá de referencial para as gerações futuras, as futuras gerações políticas e jornalísticas do nosso Estado.

E, diante disso, gostaria de pedir que esta Casa então, deixasse aqui o voto de pesar encaminhado à família Barrozo.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, ouço suas palavras, suas colocações sobre o nosso amigo, o qual vai nos fazer muita falta no meio em que vivemos, no meio político, na área da imprensa, enfim, todos os setores que o Roberto Barrozo trabalhou, conduziu ele como empresário, e um homem de imprensa, no qual sempre tendo uma posição independente, uma posição imparcial, ele fez com que a população paranaense soubesse o que acontece em todos os meios. E, um homem que teve uma grande experiência, um homem que passou pela vida pública, exerceu mandatos, e um homem que ajudou a escrever a história do Paraná.

Isso tudo faz com que nós, neste momento estejamos unidos nesse seu discurso e sentido a falta desde já desse grande amigo que foi, nosso amigo, amigo da nossa família, Roberto Barrozo.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Muito obrigado, companheiro Plauto, essas manifestações dos nobres Parlamentares, Pares desta Casa, demonstram a grandeza e o respeito que todos os Parlamentares, políticos, têm pela vida do Doutor Roberto Barrozo.

Gostaria apenas de acrescentar, Senhor Presidente, que o corpo do Senhor Roberto Barrozo Filho está sendo velado na Câmara Municipal de Curitiba, e às 16:00 horas, então será levado para sepultamento.

Gostaria de pedir ao Senhor Presidente apenas para a memória e para lembrança, apenas para deixar registrado aqui nesta Casa que ontem foi aniversário da Cidade da Lapa - 230 anos - com a presença de diversas autoridades, e estivemos ali - gostaria de informar a todos os Parlamentares que foi entregue na ocasião, pelo Prefeito Miguel Batista, a medalha General Carneiro para diversas pessoas ilustres, entre eles Doutor Sidney Zapa, Presidente do Tribunal de Justiça, também à Governadora em exercício, Emilia Belinati, e também a mais algumas ilustres pessoas ali na cidade.

Foi uma homenagem justa, também foi entregue pela Câmara Municipal, na solenidade ali, num dos prédios tombados pelo Patrimônio Histórico da Humanidade, ali no Teatro da Lapa o Título de Cidadão Honorário da Lapa, ao Doutor Francisco da Cunha Pereira, mais uma homenagem justa a esses homens que, com seriedade, escreveram a história do Paraná através da imprensa.

Fica aqui então, o nosso registro, os nossos parabéns, à cidade da Lapa.

Gostaria também até de comunicar ao Dr. Nelson Justus que a sua pessoa foi citada ali, como o Deputado que mantém o mando político e que tem levado muitos benefícios à cidade e nos salientamos ali a figura ilustre que Vossa Excelência é no seio da cidade lapeana, e cuja presença não foi possível, mas justificada a sua ausência com muitos méritos e louvores a Vossa Excelência.

Para completar também, Senhor Presidente, gostaria de informar que esta semana que passou houve um seminário na cidade de Curitiba, no SESI do Boqueirão, um seminário sobre a violência nas escolas.

É um assunto que eu gostaria de vê-lo desenvolvido aqui nesta Casa de Leis, porque é um assunto que está intimamente ligado as nossas famílias e ao futuro das gerações dos estudantes.

Quando uma instituição séria, que é praticamente a extensão do nosso lar, começa a receber as influências da violência que chega até as escolas, nós cremos que é hora de pararmos para questionarmos esta situação e procurarmos uma saída para que ela não venha tomar contornos irreversíveis.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa, por esta Assembléia, participa dos votos de pêsames pelo passamento do Doutor Roberto Barroso.

Nas manifestações foi demonstrado o pesar desta Casa e a Assembléia Legislativa é solidária a este pensamento.

Da mesma forma desejamos transmitir em nome da Executiva da Casa e em nome da Casa os votos de homenagens ao Município da Lapa que completou mais um aniversário no dia de ontem.

Consultamos a Liderança do PSC e a Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Nereu Moura, Antonio Carlos Baratter e Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários do Balneário das Gaivotas, com sede e foro no Município de Matinhos. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 237/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social "Bom Pastor" de Quedas do Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Quedas do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 303/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a

Lei nº 12.405, de 30 de dezembro de 1998, que alterou a denominação da Escola Estadual São Braz. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 61, de 07.06.99).**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores "Moradias Timbu", com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/99, de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche José Santana, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 13, de 10.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche José Santana, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-las as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 066/99

Corrija-se na Súmula e Artigo 1º do projeto de lei em questão, a expressão "cidade", colocando-se no seu lugar a expressão "município".

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, com sede e foro em Laranjeiras

do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 139/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu com sede e foro em Laranjeiras do Sul.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, apresentamos parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/99, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Boa Vista da Aparecida - AAPB, e dá outras providências, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 27, de 15.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Boa Vista da Aparecida - AAPB, e dá outras providências, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 178/99

Art. 1º - Exclua-se da Súmula a expressão "e dá outras providências", substituindo-a por "com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro na Comarca de Leônidas Marques".

Art. 2º - O artigo 1º do projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Boa Vista da Aparecida - AAPB, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro na Comarca de Leônidas Marques".

Art. 3º - Substitua-se "Artigo 2º" por "Art. 2º".

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1279, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vai se proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam, dez. Deputados que rejeitam, vinte e três. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 1261 e 1274, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 1262 e 1263, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1259, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1266, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1267, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1270, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1273, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1275, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk e Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1280, de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1281, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1268, 1269 e 1281-A, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1260 e 1264, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

A Mesa, com satisfação, registra, a pedido do Deputado Plauto, a presença do Vereador Odair do Prado e do Secretário do PFL, Senhor Joacir Venâncio, ambos da Cidade de Ribeirão Claro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 281/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 066, 139 e 178/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/99.

Levanta-se a sessão.